

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.092 - SP (2016/0104495-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **DFX TRANSPORTE INTERNACIONAL LTDA**  
**ADVOGADO** : **FLÁVIO RIBEIRO DO AMARAL GURGEL - SP235547**  
**RECORRIDO** : **FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por DFX TRANSPORTE INTERNACIONAL LTDA, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 500/2007. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE CARGA TRANSPORTADA. MULTA. VALIDADE.

1. Não se observa nos autos prova capaz de elidir a presunção de legitimidade e veracidade do auto de infração que deu origem aos autos de infração mencionados.

3. Nos termos da IN RFB n.º 800/2007, os prazos de antecedência previstos no art. 22 são obrigatórios. As hipóteses de retificação e procedimentos estão previstos nos artigos 23 e subsequentes.

3. Não se exige da obrigação de prestar informações sobre as cargas transportadas, antes da atracação ou da desatracação da embarcação em porto no País.

4. Assim, de acordo com os prazos estabelecidos pelo art. 22, da instrução normativa, as informações acerca das cargas transportadas devem ser prestadas antes da atracação ou desatracação da embarcação em porto brasileiro, tendo a autoridade administrativa agido, portanto, em estrita observância das normas legais e regulamentares.

5. Não logrou a impetrante afastar os fatos descritos no auto de infração, mantendo-se íntegro o crédito tributário exigido.

6. Apelação não provida" (fl. 622e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 633/639e).

No Recurso Especial, aviado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 535, II, do CPC/73 e 107, IV, **e**, do Decreto-lei 37/66.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"16. Ora, ainda que a retificação não exima o agente da 'penalidade cabível', é certo que para existir a aplicação de multa, deve existir a previsão legal da dita penalidade. E neste tocante, o que justamente defende a Recorrente, é ausência de previsão de penalidade. O fato da legislação não eximir o administrado da 'penalidade cabível' não quer dizer que haverá penalidade, a menos que esta seja cabível, ou seja, que esteja prevista em LEI. Do contrário, não há penalidade cabível, muito embora o comando normativo diga que o administrado dela não está livre, acaso exista.

17. Com efeito, a lei (artigo 107, inciso IV, 'e' do Decreto-Lei nº 37/66) apenas admite a aplicação de penalidade pela ausência da prestação da informação, o que não contempla a retificação ou alteração da mesma. Ora, somente há que se falar em retificação ou alteração da informação acaso esta tenha sido prestada, de modo que não existe previsão legal hábil a penalizar o administrado por ter retificado/alterado informação, vez que o tipo legal claramente se resume a 'deixar de prestar informação'.

18. Aliás, Excelências, observe-se que nada mais correto do que a ausência de punição para aquele que prestou a informação no prazo correto, mas que após, ao perceber o erro de um número de NCM, CNPJ ou mero erro de digitação, por exemplo, retificou por iniciativa própria a informação. Tal proceder nada mais representa senão a boa-fé do administrado, a inexistência de sonegação de informações e a cooperação com o controle aduaneiro" (fl. 647e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, porque teria deixado de examinar as alegações de falta de suporte legal e de razoabilidade para a imposição da penalidade.

Contrarrazões às fls. 665/668e.

Recurso Especial admitido (fl. 670e).

A irresignação não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido.

Com efeito, a controvérsia jurídica posta à apreciação da Corte de origem foi suficientemente abordada, havendo-se decidido que:

"Com base na IN RFB 800/2007 foi instituída a obrigação acessória de prestar informações acerca da entrada e saída de embarcações, cargas e unidades de carga nos portos alfandegados, tudo em consonância com o art. 64 da Lei nº 10.833/2003. O descumprimento dessa obrigação acessória enseja a aplicação de multa (que, por ser

pecuniária, revela-se como obrigação principal), sujeitando o infrator à sanção do art. 107, inciso IV, alínea 'e', do citado Decreto-lei, o qual prevê, expressamente, a aplicação de multa de R\$5.000,00.

No caso dos autos, a impetrante afirma que informou sobre as cargas no prazo.

Contudo, não apresenta prova inequívoca do quanto alegado. Não há nos autos a necessária comprovação de que tenha cumprido as disposições estabelecidas na IN/RFI3 nº 800/2007. Ao contrário, os documentos carreados aos autos acusam que a penalidade foi aplicada em razão de as informações terem sido prestadas após o prazo ou atração, ou ainda em razão de inclusão de informação/retificação após o prazo.

Portanto, não logrou a impetrante, ora apelante, infirmar os fatos descritos no auto de infração, haja vista que os documentos acostados à exordial não são suficientes para elidir sua presunção de legalidade" (sublinhei, fls. 617/618e).

Não havendo prova, segundo o acórdão recorrido, de que a ora recorrente tenha informado sobre as cargas no prazo, tem-se que a revisão desse juízo de fato demandaria incursão no conjunto probatório dos autos, medida sabidamente incabível, na via do Especial (Súmula 7/STJ).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, conheço em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Sem honorários recursais. Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora